

MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE A UTOPIA CONCRETA E A ABSTRATA NA BUSCA DE ALTERNATIVAS DE TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA.

Marcelo A. Orsi Dutra, Associação Kooperi – Coletivo Autogestionário de Práticas Solidárias; Vanessa M. Brito de Jesus, Pesquisadora Associada do Observatório de Tecnologia Social da Universidade de Brasília; Sara Ferreira de Almeida, Universidade Federal de São Carlos
vmbjesus@yahoo.com.br; dutramo@hotmail.com; sarafalmeida@gmail.com
GT Relações de Gênero

Resumo

O objetivo deste artigo é compartilhar reflexões acerca da apresentação da Economia Solidária (ES) para mulheres do sistema prisional, a partir de cursos de Economia Solidária e Comércio Justo em unidades de reabilitação social de mulheres em São Paulo. O objetivo foi oferecer conhecimentos que permitam a reinserção destas mulheres no mercado de trabalho ou sua organização em empreendimentos solidários e torná-las agentes disseminadoras desse conhecimento dentro e fora do cárcere. Durante seu desenvolvimento, observamos que a dimensão cultural da ES é o aspecto que mais sensibiliza as mulheres quando comparado à percepção sobre a possibilidade de concretizar como forma de reinserção imediata no mundo do trabalho. Nesse sentido, acreditamos ter problematizado contradições existentes entre as vivências no universo prisional e a iminência do retorno para o “mundo lá fora” e o quanto as políticas para esse segmento poderiam impulsionar sua inserção em uma outra lógica.

Introdução

O presente artigo busca compartilhar reflexões acerca da apresentação da Economia Solidária (ES) para mulheres do sistema prisional, a partir de cursos de Economia Solidária e Comércio Justo em unidades de reabilitação social femininas do Estado de São Paulo. Tais reflexões resultam da interação com oitenta mulheres de seis unidades de Centros de Progressão Penitenciária e Penitenciárias em diferentes cidades paulistas.

O curso é fruto de um convênio estabelecido entre a Secretaria de Políticas Para Mulheres da Presidência da República com a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP), no âmbito do “Projeto de qualificação profissional de mulheres presas do sistema prisional do Estado de São Paulo”. Seu objetivo foi oferecer conhecimentos que permitam a reinserção destas mulheres no mercado de trabalho ou ainda a sua organização

em empreendimentos econômicos solidários como alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Isto porque, de acordo com a FUNAP (2013), ampliar o leque de oportunidades para mulheres egressas do sistema carcerário é fundamental. Segundo a instituição declara,

[...] o Estado de São Paulo possui cerca de 5% do total de sua população prisional formado por mulheres, num contingente de aproximadamente 150 mil pessoas presas (...) do total da população prisional paulista, mais de 11 mil pessoas são mulheres (Censo Penitenciário de 2002). As mulheres presas quase não recebem visitas de seus familiares, comparando-se aos homens. A maioria é solteira e seus filhos são cuidados pelos avós maternos. Outra característica desta população feminina é a baixa instrução escolar e histórico profissional de baixa qualificação e remuneração, especialmente empregadas domésticas e diaristas, que buscam no artesanato uma forma lidar com a angústia em relação ao tempo e a geração de renda (FUNAP, 2013).

De fato, a situação da mulher presa no país nos permite vislumbrar um futuro de obstáculos a serem vencidos. De acordo com a Organização Não-Governamental Pastoral Carcerária, em seu documento “Situação Das Mulheres Nas Prisões Do Brasil: História Recente”,

[...] a maioria tem idade entre 20 e 35 anos, é chefe de família, possui em média mais de dois filhos menores de 18 anos, apresenta escolaridade baixa e conduta delituosa que se caracteriza pela menor gravidade (...) vale destacar que a maioria das mães presas é formada por mães solteiras (PASTORAL CARCERÁRIA, sem data).

Em São Paulo, considerando dados do Sistema de Informação Penitenciário sistematizado de 2011 pela Comissão Especial sobre o Encarceramento Feminino do Departamento Penitenciário Nacional (Ministério da Justiça), a população carcerária era de 11.853 mulheres presas, sendo que dessas, 2,08% eram consideradas analfabetas, 10,57% alfabetizadas, 30,38% com ensino fundamental incompleto, 14,23% com ensino fundamental completo, 11,54% com ensino médio incompleto, 12,37% com ensino médio completo, 1,41% com ensino superior incompleto, 0,8% com ensino superior completo, 0,19% ensino acima de ensino superior completo e 0,09% não informaram seu grau de escolaridade. Estas informações nos dão apenas uma noção sobre a situação educacional das presas, pois, segundo o mesmo documento, estas informações não são precisas.

Outras informações, no entanto, complementam o perfil. Apenas 11,35% das presas cursam educação formal dentro de estabelecimento prisional, e cerca de 34% das mulheres do Sistema Penitenciário de São Paulo exercem atividade laboral, sendo 32,9% internamente e 1,09% externamente às unidades prisionais. Aproximadamente 50% da

população provém de área urbana, e os crimes mais praticados pelas mulheres no Estado de São Paulo, considerando o total de crimes praticados por mulheres, são: crimes contra a pessoa: 3,82%, crimes contra o patrimônio: 16,08%, crimes contra a paz pública: 0,39%, crimes contra a fé pública: 0,26%, tráfico: 51,94%, tráfico internacional: 0,79% (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011).

E segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), compilados em relatório do Instituto Avanço Brasil, o número de presas passou de 10.112 no ano 2000 para 35.039 em 2012. O número de mulheres presas equivalia a 6,4% do total de encarcerados no Brasil e, doze anos antes esse percentual era igual a 4,3%, ou seja, um aumento de 2,05 pontos percentuais no período, isto é, 24.997 mulheres presas a mais - inclusão de 2.083 detentas ao sistema por ano. O motivo para esse aumento, argumentam especialistas, está relacionado na maior parte das vezes ao maior envolvimento das mulheres com as drogas e o tráfico. Para a vice coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional, a advogada Petra Silvia Pfaller,

[...] as mulheres cada vez mais entram no mundo do comércio das drogas. Na maior parte das vezes, elas acabam se envolvendo nesse processo por causa dos filhos e dos parceiros. Há inúmeros casos em que a polícia entra na casa atrás dos parceiros e encontram lá apenas a mulher e a droga. Mães, esposas e familiares são presas, embora a droga não seja delas (OLIVEIRA, 2014).

Assumindo que estas mulheres sairão do sistema prisional em maior desvantagem do que se encontravam antes de serem encarceradas, por adquirem mais um marcador social, isto é, o de ex-presidiária, entende-se os motivos pelos quais buscou-se oferecer um curso de Economia Solidária e Comércio Justo, haja visto que a Economia Solidária tem se apresentado como uma alternativa de geração de trabalho e renda pelos gestores públicos brasileiros.

Neste sentido, problematizaremos na seção 2 o que significa considerar a Economia Solidária como uma alternativa de geração de trabalho e renda, sua relação com as questões de gênero e a dialética da utopia concreta e abstrata e como isso se refletiu no curso, para, então, na terceira seção, apresentar como o curso trabalhou tal perspectiva e qual a percepção das alunas sobre o tema em questão. Por fim, em nossas considerações finais, buscaremos apontar como as alunas vislumbram a vida pós-cárcere, considerando o que compreenderam sobre Economia Solidária ao longo do curso.

Economia Solidária como possibilidade de trabalho e geração de renda: entre a utopia abstrata e o terreno do possível

O debate sobre o que é a Economia Solidária pode ser compreendido em duas vertentes: uma que a defende enquanto uma proposta de desenvolvimento socioeconômico e cultural orientada por uma lógica não capitalista, e outra como uma proposta de desenvolvimento socioeconômico que alavanque a inclusão social dos setores pobres da sociedade, em convivência com a lógica capitalista.

O interessante, no entanto, é que quando realizamos uma revisão bibliográfica sobre o assunto, tendo como base os trabalhos não apenas de Singer (2000, 2002, 2003), Coraggio (2000), Laville (2006), Praxedes (2009), mas também dissertações e teses elaboradas nos últimos dez anos, verificamos que o ponto de partida para sua explicação são os aspectos humanistas, isto é, que colocam a subjetividade humana no centro das relações econômicas.

A citação que melhor evidencie esta questão talvez seja a publicizada pelo sítio eletrônico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em sua carta de princípios e que, de certa forma, condensa as principais proposições teóricas neste campo:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003).

A ES também é definida pelo o que não é:

A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal (...) rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual (...) rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul (...) confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais (...) confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital (...) é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista (...) nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha

quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto (...) busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança (...) contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica (...) não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substituiu o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico (FBES, 2003).

Nos parece que, de modo geral, a ES se configura como uma prática regida pelos valores e princípios como da autogestão, da democracia plena, da cooperação, da solidariedade, da centralidade da vida humana, do respeito à natureza, da valorização da diversidade, da promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, da emancipação do ser humano, da valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular, da valorização da educação ao longo da vida e, da justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico.

A viabilização desta proposta tem se desenrolado pela ação concreta de diferentes grupos sociais, como os empreendimentos solidários, agentes econômicos organizados em diferentes setores econômicos, agências de fomento, em sua grande maioria organizadas na forma de incubadoras de empreendimentos solidários, e do Estado, na figura da Secretaria Nacional de Economia Solidária aparelhada ao Ministério do Trabalho, Emprego e Renda. É quando observamos as práticas destes grupos sociais que percebemos mais claramente a diferença entre as duas concepções expostas no início desta seção.

Como analisa Churfem, se analisado o texto do FBES, por exemplo, verificamos que a ES “foi apresentada como embate ao capitalismo e como proposta para acabar com as desigualdades materiais” (CHURFEM, 2014, p. 45). No entanto, quando observada a luz da prática do Estado, percebe-se que a

ES perdeu o teor de contraposição ao capitalismo presente em alguns de seus teóricos. Embora ainda fale em autogestão, a sua definição é focada principalmente no protagonismo e participação dos sujeitos da ES, sem mencionar qualquer ideal transformador que repense as estruturas sociais e políticas de poder. Ou seja, a ênfase dada é a ES como um projeto político de inclusão social e geração de renda, organizada em uma diversidade de práticas que permitem a produção pela cooperação e participação (CHURFEM, 2014, p. 47).

De qualquer forma, a Economia Solidária pode ser entendida como uma estratégia e não só uma alternativa de enfrentamento da exclusão social dos diferentes grupos marginalizados e da precarização do trabalho, importando-nos, no presente artigo, enfatizar o papel da mulher nesse campo que se contrapõe à lógica capitalista que tem na competição o eixo estruturador das relações sociais e econômicas e que tende a fixar as mulheres a papéis femininos, determinados por suas condições biológicas e reprodutivas associadas à afetuosidade e ternura.

Mas não é possível ignorar que essa “diferença” de abordagem compromete algo, que a nosso ver, torna a Economia Solidária distinta: seu caráter utópico e sua capacidade de concretude. Nos debates travados na academia (tendo como referências os mesmos autores citados no início da seção e militantes do movimento), há quem diga que a Economia Solidária é utópica, no sentido de que nunca possa se fazer concretude no mundo em que vivemos. Outros a afirmam como terreno do possível, dado que sua prática já se faz presente em diversos locais não só no Brasil, mas em outros países mundo afora.

Segundo Chauí (s/a, p. 8), “o sentido preciso do vocábulo utopia pertence à Renascença” e ao longo do tempo sofreu modificações de sentido, movimentando-se do discurso literário ao discurso político, de acordo com diferentes interesses da própria sociedade. Ela afirma que, independente do sentido que lhe é atribuída “- de ruptura completa, desenvolvimento do que há de melhor numa sociedade existente - só pode haver utopia quando se considera possível uma sociedade totalmente nova e cuja diferença a faz ser absolutamente outra” (CHAUÍ, s/a, p. 7).

A autora traça cuidadosa análise em torno da gênese e sentidos do conceito de utopia, o que não é o foco deste trabalho, importando-nos aqui, refletir sobre o campo da Economia Solidária como dialética que vaga do sonho de sua concretização na sociedade, à mera ilusão de sua existência inalcançável. Acreditamos ser nosso papel tecer essas reflexões para, apoiados nelas, afirmar a Economia Solidária como campo atrelado à utopia que “caminha para o terreno do possível”, pois, “o mundo está em um momento em que quase tudo é possível...” (Wagner Moura em entrevista à revista Ocas em 2012) (SEIDENBERG *et al*, 2013, p. 233).

Segundo Chauí (s/a, p. 11):

[...] entre os séculos XVI e XVIII, a utopia é um jogo intelectual no qual o possível é imaginário, combinando a nostalgia de um mundo perfeito perdido e a imaginação de um mundo novo instituído pela razão. Em contrapartida, quando passamos ao século XIX, a utopia deixa de ser um jogo intelectual para tornar-se um projeto político, no qual o possível está inscrito na história.

Para a autora, “nenhuma utopia influenciou o curso da história por seu realismo, mas, ao contrário, pela negação radical das fronteiras do real instituído e por oferecer aos agentes sociais a visão de inúmeros possíveis”. O utopista, segundo Chauí (s/a, p. 12), desloca a fronteira daquilo que os contemporâneos julgam possível”. Ela ainda cita Manheim que em sua obra “Ideologia e Utopia”, distingue ambos os termos, explicando que:

Utopia é a negação do *tópos* da classe dominante ou uma visão global da sociedade que se opõe à da classe dominante: é uma elaboração da classe historicamente ascendente e expressão de seus anseios profundos. Em contrapartida, ideologia é o sistema global de representações e valores da classe dominante, que deformam e mistificam a realidade social, imobilizando a consciência de classe. Dessa maneira, a utopia não é propriamente um discurso, mas um conjunto de práticas e de movimentos sociais contestadores da sociedade presente no seu todo (CHAUÍ, ano, p. 12-13).

Para Paulo Freire, a utopia enquanto possibilidade real está ligada a três outros conceitos presentes em seus trabalhos, quais sejam: a esperança; a conscientização e o inédito viável que dão sustentação e fundamento ao sonho utópico como *vir-a-ser*, dado que, para o educador, o mundo não é, mas *está sendo* na história. Para a elaboração do conceito ao longo de sua obra, Freire se apoiou na tese de Ernst Bloch que no “Princípio Esperança” relacionou “o conceito de utopia com a noção de esperança crítica, apresentando o conceito de utopia concreta em oposição ao conceito de utopia abstrata (FREITAS, 2010, p. 412)”. Na sua obra é possível:

[...] dar destaque ao caráter positivo da força criadora dos produtos da imaginação social subversiva, ao considerar que a utopia não constitui um *topos* idealizado ou projetado, mas é, em primeiro lugar, um *topos* da atividade humana orientada para um futuro; um *topos* da consciência antecipadora e a força ativa dos sonhos diurnos (FREITAS, 2010, P. 413).

Nesse sentido, pode-se dizer que utopia é também sinônimo de esperança crítica que é necessidade ontológica porque para Freire (2011, p. 15), “sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate”. Freire anuncia que “atribuir à esperança o poder de transformar a realidade é um modo excelente de cair na desesperança, visto que enquanto necessidade humana, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, 2011, p. 15). Por fim, crê que a utopia se faz necessária para que a prática educativa se realize como enfrentamento ao contexto atual,

afirmando que a esperança é necessária, mas não suficiente. “Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída” (FREIRE, 2011, p. 14-15).

Diante da breve teorização da utopia que varia da concretude à abstração, pode-se perceber que, independentemente do sentido que lhe é atribuída, a utopia se remete sempre à história como possibilidade e nunca como determinação. Isso quer dizer que, mesmo sendo vista como utopia abstrata, a Economia Solidária apresenta-se como possibilidade - e não como simples alternativa - de um novo mundo futuro em que as pessoas apoiadas em seus valores e princípios, relacionam-se entre si e com os demais entes do Planeta, de maneira respeitosa e humanitária, tendo em vista o bem comum e o desenvolvimento da vida como bem supremo.

O Curso de Economia Solidária e Comércio Justo e a Percepção das Alunas

O material que utilizaremos para subsidiar nossas reflexões resultam dos cursos de Economia Solidária e Comércio Justo ministrados nas unidades prisionais de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Pirajuí, Tremembé e Itapetininga, e os dados analisados referem-se às percepções das participantes dos cursos.

Para que as intervenções fossem desenvolvidas tendo em vista a diversidade das participantes, especialmente em relação à escolaridade, os educadores e a pesquisadora responsável pelo curso elaboraram uma cartilha que subsidiou teoricamente as intervenções nas unidades prisionais, sendo composta por 3 módulos, tal como demonstra o quadro 1. Os módulos, por sua vez, foram definidos pela Secretaria de Políticas para Mulheres, conforme conta em seu edital de contratação de profissional para ministrar os cursos.

Quadro 1. Módulos do curso “Economia Solidária e Comércio Justo que compuseram a cartilha utilizada nas intervenções educativas.

MÓDULOS	DURAÇÃO
MÓDULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA	
2ª Aula – O que é Economia Solidária 3ª Aula – As origens da Economia Solidária no Brasil 4ª Aula – O que são empreendimentos econômicos solidários 5ª Aula – O que são entidades de apoio e fomento à Economia Solidária 6ª Aula – Autogestão e cooperativismo	20 horas
MÓDULO 2 – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
7ª Aula – Relações sociais de gênero e a perspectiva da construção da igualdade entre mulheres e homens no campo da Economia Solidária 8ª Aula – A Economia Solidária no enfrentamento das formas de discriminação (gênero, raça, orientação sexual, geracional e relacionadas as pessoas com deficiência) 9ª Aula – A igualdade entre homens e mulheres no campo da Economia Solidária e novos paradigmas de divisão sexual do trabalho 10ª Aula – Movimentos e organizações das mulheres e participação econômica, política, social e cultural na Economia Solidária 11ª Aula – As Políticas Públicas para as mulheres no Brasil e o papel do Estado	20 horas
MÓDULO 3 – COMÉRCIO JUSTO	
12ª Aula – O que é comércio justo 13ª Aula – Histórico do Comércio Justo no Brasil 14ª Aula – As características do Comércio Justo 15ª Aula – A prática do preço justo para quem produz, comercializa e consome 16ª Aula – O acesso aos mercados de comércio justo e finalização do curso.	20 horas

Fonte: Elaborado pelos autores.

As aulas foram realizadas nas salas de aula de cada unidade prisional que contavam com infraestrutura adequada ao desenvolvimento das aulas, contendo: quadro negro; carteiras; mesas; armários; giz ou pincéis atômicos. Em algumas unidades foram disponibilizados aparelhos de multimídia, como: computadores; televisores e projetores. Nas que não possuíam tais equipamentos, os responsáveis pelo curso foram autorizados a entrar na unidade portando os materiais necessários. Destacamos que sempre foram oferecidos serviços como fotocópias e uma boa recepção profissional desde a chegada na unidade até a saída do local.

As intervenções foram planejadas de maneira a fomentar a participação das participantes, por meio de dinâmicas¹, fornecer conteúdos teóricos relacionados ao tema do módulo e a preparar as educandas para as oficinas práticas² que ocorreram posteriormente. Entre as exposições teóricas e as oficinas, foram assistidos diversos filmes (dramas e documentários) que guardavam relação com o tema exposto, como por exemplo: Tempos Modernos de Charles Chaplin foi passado durante o módulo 1 para que fossem geradas e debatidas reflexões sobre o mundo do trabalho no sistema capitalista.

Ao final de cada aula foram realizadas breves avaliações do processo por meio de rodas de conversa, com o objetivo de perceber se os conhecimentos trocados haviam sido assimilados pelas educandas em cada dia de atividade.

No último dia do curso em cada unidade, exceto em Ribeirão Preto, foi aplicado a todas as participantes, um questionário composto por cinco questões dissertativas: 1) o que chamou mais sua atenção na proposta da Economia Solidária? 2) como vimos no texto “Mulheres na Economia Solidária”, é comum que as próprias mulheres não reflitam sobre “a invisibilidade, a marginalização e o não reconhecimento do protagonismo das mulheres”. Considerando o que foi estudado no Módulo de Feminismo, quais são suas percepções sobre esse assunto, 3) como discutimos em sala de aula, a prática do Comércio Justo é um vir a ser. Do que foi visto, o que você aplicaria na sua diária, da sua família ou da sua comunidade?, e 4) Quais as possibilidades da Economia Solidária “entrar” na sua vida após cumprir sua pena?. 5) O que você achou da forma como o curso foi dado? O que mudaria?

Para compreender como analisamos as respostas, organizamo-las em grandes categorias, a saber: “Destaque da Economia Solidária”; “Percepções sobre a invisibilidade do protagonismo das mulheres no mundo do trabalho”; “Possibilidade cotidiana da prática do comércio justo”; “Possibilidade real da Economia Solidária na vida após cumprir pena” e “Avaliação do processo educativo”.

Os quadros 2, 3, 4, 5 e 6 apresentam as repostas que melhor representam as percepções das alunas de acordo com as categorias.

¹ Foram realizadas 5 dinâmicas ao longo do curso, todas com o intuito de motivar a participação ampla das educandas. Uma característica comum entre elas é que primaram pelo respeito mútuo entre todos os envolvidos/as e o trabalho em grupo.

² Foram desenvolvidas diversas oficinas que se configuraram como atividades práticas que proporcionaram que as educandas colocassem em movimento os conhecimentos teóricos adquiridos.

Quadro 2. Respostas Questão 1, categoria “Destaque da Economia Solidária”.

RESPOSTAS SÍNTESE	RESPOSTAS EXEMPLIFICADORAS
PROSSIBILIDADE DE TER NEGÓCIO PRÓPRIO PARA RECOMEÇAR A VIDA	<p>“O que me chamou mais atenção é que pude ver que com a Economia Solidária, posso ter meu próprio Empreendimento”</p> <p>“É que eu posso sair desse lugar e correr atrás do meu próprio negócio, posso muito bem abrir uma cooperativa de modo honesto e compartilhar um empreendimento com vários cooperados”</p>
AUTOGESTÃO	<p>“Que todos trabalham em grupo não tem patrão e temos uma união”</p> <p>“Que todos trabalham juntos sem passar uma ela outra. Todas são unidas”</p>
NOVOS APRENDIZADOS E UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA	<p>“...foi que aprendi que é uma ótima opção para desenvolver um empreendimento só para mulheres sem preconceito”</p> <p>“O modo como são abordados que eu ainda não tinha uma visão concreta e estabelecida. A Economia Solidaria com toda certeza veio para somar na minha vida e ampliar meus conhecimentos</p>
TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NAS RELAÇÕES PESSOAIS	<p>“Da minha família talvez, passar esses valores e na minha comunidade se for possível...”</p>
TRABALHO EM GRUPO	<p>“...foi que trabalhar em grupo pode ser uma ótima sugestão, pois as pessoas podem discutir várias opiniões até chegar no ponto ideal da história e poder tomar as decisões”</p>
PROSSIBILIDADE DE TER NEGÓCIO PRÓPRIO PARA RECOMEÇAR A VIDA	<p>“O que me chamou mais atenção é que pude ver que com a Economia Solidária, posso ter meu próprio Empreendimento”</p> <p>“É que eu posso sair desse lugar e correr atrás do meu próprio negócio, posso muito bem abrir uma cooperativa de modo honesto e compartilhar um empreendimento com vários cooperados”</p>
AUTOGESTÃO	<p>“Que todos trabalham em grupo não tem patrão e temos uma união”</p> <p>“Que todos trabalham juntos sem passar uma ela outra. Todas são unidas”</p>
NOVOS APRENDIZADOS E UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA	<p>“...foi que aprendi que é uma ótima opção para desenvolver um empreendimento só para mulheres sem preconceito”</p> <p>“O modo como são abordados que eu ainda não tinha uma visão concreta e estabelecida. A Economia Solidaria com toda certeza veio para somar na minha vida e ampliar meus conhecimentos</p>
TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NAS RELAÇÕES PESSOAIS	<p>“Da minha família talvez, passar esses valores e na minha comunidade se for possível...”</p>
TRABALHO EM GRUPO	<p>“...foi que trabalhar em grupo pode ser uma ótima sugestão, pois as pessoas podem discutir várias opiniões até chegar no ponto ideal da história e poder tomar as decisões”</p>

Quadro 3. Respostas Questão 2, categoria “Percepções sobre a invisibilidade do protagonismo das mulheres no mundo do trabalho”.

RESPOSTAS SÍNTESE	RESPOSTAS EXEMPLIFICADORAS
VENCER DESIGUALDADE BUSCAR INDEPENDÊNCIA E	<p>“Esse curso chamou a atenção que acabou a discriminação para que possamos ser independentes”</p> <p>“Que basta querer, podemos lutar e vencer a desigualdade de igual para igual”</p>
MESMA COMPETÊNCIA DIREITOS DE GÊNERO E	<p>“A partir desse curso eu tenho certeza que nós mulheres podemos ser competentes e passar por qualquer dificuldade”</p> <p>“As mulheres tem sim a mesma competência de um homem para qualquer tipo de trabalho”</p>
RECONHECIMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS	<p>“... que elas podem ter momentos para ela e ocupar cargos que são geralmente de homens todos somos iguais”</p> <p>“Que a mulher mesmo com papel super importante, as vezes se deixa excluir de uma forma subliminar e acaba por ser invisível, marginalizada e assim não impõe seu verdadeiro valor na sociedade”</p>
APRENDEU NO CURSO	<p>“Muitas coisas, pois não sabia nada sobre o assunto”</p> <p>“Às vezes é mais cômodo que a realidade feminina é outra e que as mudanças que já ocorreram são satisfatórias, quando na verdade há muito a se fazer”</p>

Quadro 4. Respostas Questão 3, categoria “Possibilidade cotidiana da prática do comércio justo”.

RESPOSTAS SÍNTESE	RESPOSTAS EXEMPLIFICADORAS
AS RELAÇÕES PESSOAIS E COMERCIAIS	<p>“Colocaria primeiro em prática a conscientização do consumo em exagero, de onde vem, se esse produto não veio de mão de obra escrava e infantil. Farei o possível para deixar isso claro para quem estiver ao meu redor”</p> <p>“O que eu aprendi é a união de outras companheiras, podemos lutar e ser independentes com o próprio negócio”</p>
TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NAS RELAÇÕES PESSOAIS	<p>“Sim, pois o que eu aprendi no curso passarei para meus amigos e familiares”</p> <p>“Gostaria de mostrar e ensinar a minha família como poder viver com pouco e ter uma boa qualidade de vida”</p>
DISTANTE DA REALIDADE	<p>“... por em prática o que eu aprendi, sei que não é tão fácil”</p>

Quadro 5. Respostas Questão 4, categoria “Possibilidade real da Economia Solidária na vida após cumprir pena”.

RESPOSTAS SÍNTESE	RESPOSTAS EXEMPLIFICADORAS
POSSIBILIDADE ALTA	<p>“As chances são grandes por que sei que quando sair daqui, não vai ser fácil arrumar um emprego formal, e porque gostei muito das propostas do grupo”</p> <p>“Bom, há uma grande possibilidade de eu entrar na Economia Solidária pois quero me aprofundar mais”</p>
NECESSIDADE DE APROFUNDAR ASSUNTO DE O	<p>“Vou pesquisar algumas coisas para ter detalhes onde estou pensando onde vou querer aplicar algumas coisas que aprendi aqui”</p> <p>“Gostei muito e gostaria de aprofundar no assunto no dia em que ganhar minha liberdade”</p>

Quadro 6. Respostas Questão 5, categoria Avaliação do processo educativo.

RESPOSTAS SÍNTESE	RESPOSTAS EXEMPLIFICADORAS
FORMATO DO CURSO	<p>“Na minha opinião o conteúdo metodológico está excelente. As propostas apresentadas pelo instrutor foram muito claras e específicas”</p> <p>“O curso foi dado de uma maneira bem clara, especificando cada módulo, não foram aulas monótonas, o curso realmente foi dado de uma maneira que chamou meu interesse”</p>
SUGESTÃO	<p>“Na minha opinião o material deveria ser mais longo e o curso também deveria ter mais longo prazo porque o curso é tão ótimo e dispõe de tantas ideias que teria que ter mais tempo de desenvolver os projetos. Estão de parabéns pela qualidade do curso”</p> <p>“Não mudaria nada”</p>

Após a compilação dos dados obtidos pelos questionários, foi realizado novo processo de organização dos mesmos, dessa vez relacionando as categorias levantadas aos temas do questionário, como mostra o quadro 7. Essa maneira de articular os dados permitiu interpretá-los de maneira mais ampla (quantitativa e qualitativamente), tendo em vista o alcance do objetivo do curso que era apresentar às educandas o universo da Economia Solidária como possibilidade futura de geração de trabalho e renda e como conhecimento a ser disseminado dentro e fora do cárcere.

Quadro 7. Análise qualitativa dos dados obtidos por meio do questionário aplicado nas unidades prisionais.

TEMAS DO QUESTIONÁRIO	ANÁLISE DOS DADOS
Destaque para a proposta de Economia Solidária	Percebeu-se por meio das respostas das 25 educandas que responderam o questionário, que a maioria dá destaque à Economia Solidária como possibilidade de mudar de vida, já que 20 educandas, ou seja, 80% delas, respondeu que a Economia Solidária tem alta probabilidade de entrar em suas vidas como alternativa de trabalho e renda. Ainda responderam: 28% destacaram novos aprendizados e sociedade mais justa; 16% a autogestão; ainda 16% o trabalho em grupo como destaque e 8% delas destacaram a transferência de conhecimentos.
Percepções sobre a invisibilidade do protagonismo das mulheres no mundo do trabalho	Tendo como respostas à essa pergunta, um total de 09 educandas somando 36% sugerem que para acabar com a invisibilidade do protagonismo da mulher, a mulher deve vencer a desigualdade social e buscar a independência. Outras sugeriram que: 32% reconhecem a desvantagem de gênero; 28% que as mulheres têm a mesma competência e direitos que os homens e 8% delas responderam que aprenderam o assunto no curso.
Possibilidade cotidiana da prática do comércio justo	Nesta questão 48% das alunas responderam que irão divulgar os princípios do Comércio Justo para seus amigos, familiares e comunidade; 28% irão rever as relações, pessoais, comerciais e com o meio ambiente; 16% delas responderam que sim, ou seja, irão incluir as práticas do Comércio Justo em suas vidas; 4% delas responderam que são novos caminhos a serem

	percorridos e também 4% que é uma realidade ainda distante.
Possibilidade real da Economia Solidária na vida após cumprir pena	80% relataram que é alta a possibilidade da Economia Solidária fazer parte de suas vidas pós cárcere; 8% irão se aprofundar no assunto e 4% procurarão a Economia Solidária quando estiverem cumprido suas penas.
Avaliação do processo educativo	Todas as participantes avaliaram de maneira positiva o curso, com destaque à metodologia utilizada que tem forte aporte na Educação Popular e em relação a possíveis mudanças no curso, sugeriram que seja disponibilizado mais tempo e material para o mesmo.

O desenvolvimento do curso que envolveu 360 horas aula e 80 educandas distribuídas em 6 Unidades Prisionais do Estado de São Paulo, bem como o processo de análise dos dados obtidos por meio do questionário avaliativo, possibilitou constatar dois grandes anseios dessas mulheres no que tange à reinserção social pós-cumprimento de pena: o primeiro é o medo pelo alto preconceito da sociedade mais ampla que fortalece o estigma de ex detentas, portanto, criminosas em potencial, uma vez que podem, a qualquer momento, reincidir no ato delituoso. Em segundo, a preocupação dessas mulheres frente às escassas possibilidades e, conseqüentemente, às baixas probabilidades de recolocação no mercado de trabalho convencional.

Após uma análise mais profunda dos dados e percebendo os estímulos e nível de interesse dessas mulheres durante as atividades propostas no decorrer dos cursos, notamos claramente que elas reconhecem no campo da Economia Solidária, um espaço onde os grupos marginalizados ou mais vulneráveis socioeconomicamente são acolhidos sem o julgamento que segrega. Somando-se a isso, ocorreram altas porcentagens de respostas positivas em relação à proposta da Economia Solidária (80% reconheceram que é alta a probabilidade da Economia Solidária entrar em suas vidas concretamente; 48% relataram que transferirão os conhecimentos adquiridos no curso; 36% relataram que é necessário vencer a desigualdade de gênero e 32% reconheceram a oportunidade de um novo recomeço abrindo um empreendimento solidário).

Considerações Finais: o retorno à vida pós cárcere

O curso aqui relatado e analisado gerou a disseminação de conhecimentos julgados importantes às mulheres que se colocadas na margem da sociedade, ao se encontrarem em processos de cumprimento de pena em decorrência de cometimento de crimes diversos. A partir dessa experiência, foi possível perceber o entusiasmo das educandas em relação ao campo da Economia Solidária - visto como algo novo e promissor, mas também distante da

realidade - e a todos os temas que o perpassa, já que guardam forte relação com vivências concretas de enfrentamento de preconceitos e vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pela maioria das participantes do curso nas diferentes unidades prisionais.

A possibilidade de abrir um negócio próprio, de obter autonomia para a sobrevivência material, bem como de realizar o sonho de não mais sofrer as duras consequências advindas da ideologia machista, ainda tão presente em nossa sociedade, fez com que a Economia Solidária fosse vista e interpretada pelas mulheres encarceradas, como utopia que, independentemente de ser concreta ou abstrata, apresenta-se como o caminhar para o terreno do possível, abrindo um horizonte de esperança e humanização frente à violência que é viver parte da vida dentro de espaços ínfimos como as celas dos presídios.

Para finalizar as reflexões aqui tecidas em torno da grande experiência que é desenvolver processos educativos em espaços de privação de liberdade, ressaltamos a importância de elaboração, fortalecimento e garantia de direitos ligados aos processos de saída das mulheres dos presídios, para que tenham a chance de refazer suas vidas de maneira mais plena e autônoma. Acreditamos, por fim, que a Economia Solidária seja um caminho, um sonho utópico e uma forte ferramenta a ser utilizada com o propósito de emancipar as mulheres que passaram e/ou estejam passando pelas vivências do cárcere e que lutam na esperança por dias melhores, mesmo que por ora, esse sonho se encontre no terreno da abstração.

Referências

ANDRADE, Priscilla Maia. A economia solidária é feminina? A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero. **SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Universidade de Brasília, v.10. n. 23, julho a dezembro de 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Notas sobre utopia**. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext. Acesso em: maio de 2015.

CHERFEM, CAROLINA ORQUIZA. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Utopia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 412-413.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. O que é Economia Solidária. Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em 25 de maio de 2015.

FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" – FUNAP. Projeto de qualificação profissional de mulheres presas do sistema prisional do Estado de São Paulo. 2013. Documento eletrônico disponibilizado em junho de 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Mulheres presas – dados gerais. Projeto Mulheres Depen. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA. Atlas da economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

OLIVEIRA, ANA FLAVIA. População feminina na prisão cresce quase duas vezes mais que a masculina. **Portal IG**. São Paulo, publicado em 08/07/2014. Acesso em 25 de maio de 2015.

PASTORAL CARCERÁRIA. Situação das mulheres nas prisões do Brasil: história recente. Documento eletrônico. Disponível em http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_versaofinal1.pdf. Acesso em 25 de maio de 2015.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. In: **Mulheres, Economia Solidária e Cidadania**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 5, 2009. p. 69-90.

SEIDENBERG, Márcio et al. (orgs.). **Ecos da Ocas**: a história da revista que promove transformação social. São Paulo: Bizu, 2013.